

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.865 - SE (2019/0232553-3)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE : YARA ALVES SOUZA BARROS**  
**ADVOGADO : RAFAEL COSTA FORTES - SE005556**  
**AGRAVADO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA**

**DECISÃO**

O Tribunal de origem inadmitiu o Recurso Especial sob os seguintes fundamentos:

A análise das matérias suscitadas no recurso (da decadência e do preenchimento dos requisitos legais para a concessão da pensão por morte de servidor público prevista na Lei nº 9.784/99) exige o reexame probatório, o que é vedado em sede de Recurso Especial (Súmula 7/STJ).

Com efeito, quanto à suposta violação ao art. 54 da Lei nº 9.784/99, o voto consignou que "No caso dos autos, o fato que impedia a cumulação do benefício é do ano de 2013 (início do pagamento da pensão do RGPS), não tendo se consumado o prazo decadencial." Já no tocante à alegada afronta aos arts. 1.022, e 489 do CPC, (omissão quanto ao direito de opção pelo benefício mais vantajoso), a parte não logrou demonstrar a suposta violação aos citados dispositivos legais, uma vez que o acórdão expôs nitidamente as razões do seu convencimento, ao dizer que: "Quanto ao pedido alternativo formulado (o direito de optar por uma das pensões), não há previsão legal que autorize o seu deferimento (08021302120184050000, AG/SE, Desembargador Federal Roberto Machado, 1º Turma, Julgamento: 19/07/2018) " .

Por fim, quanto ao mérito, o acórdão vergastado, com base nas provas dos autos, entendeu que a autora não logrou comprovar a condição de solteira, requisito essencial previsto na Lei nº 3.373/58.

Com essas considerações, o Recurso Especial.

**INADMITO**

Contra essa decisão, a agravante sustenta que, “em relação a decadência não se discute a relação entre datas e documentos”, mas “a possibilidade de se decretar, ou não, a decadência de revisar a pensão da autora décadas após o deferimento da pensão que ocorreu em 1981 (quase há 40 anos)”.

Entretanto, o Tribunal de origem faz, sim, relação entre fatos e documentos, asseverando que, "[n]o caso dos autos, o fato que impedia a cumulação do benefício é do ano de 2013 (início do pagamento da pensão do RGPS), não tendo se consumado o prazo decadencial". Esse fundamento, além de não comportar análise senão por reexame de fatos e provas, o que não se admite por força da Súmula 7/STJ, deixou de ser impugnado, atraindo o art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 que prevê, como atribuição do Relator, "não

conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

Quanto ao fundamento, também adotado no acórdão recorrido, de que o pedido alternativo não poderia ser acolhido porque “não há previsão legal que autorize o seu deferimento”, a agravante, limitando-se a fazer afirmações genéricas e a mencionar decisão administrativa do Tribunal de Contas, deixa de atacá-lo especificamente na medida em que nada aduz a propósito da omissão legislativa, o que torna aplicável ao caso a Súmula 284/STF, diante da fundamentação deficiente do recurso.

Ante o exposto, **conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator